

## E. P. THOMPSON E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: Revisões críticas e projeções\*

José Carlos Barreiro\*\*

Thompson, por sua história de militância e pelos inúmeros debates travados com intelectuais de grande projeção, dentro e fora do partido comunista inglês, acabou por produzir uma obra de grande nome, transformando-se, portanto, numa das maiores expressões da historiografia mundial.<sup>1</sup>

Contudo, o surgimento do pensamento de Thompson não está desvinculado das configurações políticas de seu próprio presente. Nesta perspectiva, torna-se imperativo relacioná-lo aos principais acontecimentos do cenário político mundial. Não se quer com isso repor a velha correspondência mecânica entre a produção das idéias e o determinismo de seu tempo. Contudo, não se chega a uma reflexão fecunda a não ser libertando-se de uma história desencarnada que institui um universo de abstrações sem limites para o próprio pensamento.<sup>2</sup> Neste sentido, se não isolarmos o conjunto das idéias de Thompson das formas de vida social que o produziu, é possível perceber que ele foi profundamente marcado pela emergência das contradições que abalaram progressivamente o sistema totalitário do mundo socialista a partir dos anos 30, e sobretudo dos anos 50. Nessa conjuntura, nos principais acontecimentos internacionais, discutiam-se entre outras coisas a Guerra Fria, os processos de Moscou, a divulgação da

\* Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, financiada pelo CNPq, sob o título: Gestualidade, história popular e memória coletiva no Brasil Império, 1780-1880.

\*\* Departamento de História da Unesp, Campus de Assis.

1 Dentre os trabalhos mais conhecidos no Brasil destacam-se: *The making of the English working class* (Londres, Penguin Books, 1968); *Tradicón, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial* (Barcelona, Editorial Crítica, 1989); seu mais recente trabalho constitui-se no livro *Customs in common* (Nova York, The New York Press, 1991).

2 Cf. "História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação". In: Chartier, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa, Difel, 1990, especialmente pp. 34-5.

existência de campos de concentração na URSS. O socialismo real e a política dos Partidos Comunistas passam a ser questionados, porque nada diziam que pudesse anular a reputação socialista do regime soviético ou dos regimes dos países do leste. Não deram ao protesto dos dissidentes a ampla ressonância que estavam em condições de dar. Longe de informar ou instruir seu público, dissimulavam e soterravam a questão do stalinismo e a natureza do Estado totalitário.<sup>3</sup>

Este quadro de crise do socialismo e da política dos partidos de esquerda estimula a emergência de alguns grupos ou escolas importantes que dariam contribuições duradouras para a renovação do conhecimento humanístico e do conhecimento histórico em particular. Na França, por exemplo, não se pode ignorar as contribuições do grupo vinculado à Filosofia Política Francesa Contemporânea<sup>4</sup> e dos historiadores vinculados à Nova História.<sup>5</sup>

Todavia, o pensamento de Thompson surgiria em meio aos movimentos importantes que emergiam na Inglaterra naquele momento. A contestação ao mecanicismo stalinista que subordinava a interpretação histórica aos cinco modos sucessivos que as sociedades humanas deveriam necessariamente percorrer, e as discussões internas levadas a cabo pelo Partido Comunista Inglês, fazem surgir, por exemplo, a obra de Dobb recolocando de forma inovadora a questão da transição do feudalismo ao capitalismo, bem como as grandes contribuições de historiadores como Christopher Hill, Eric Hobsbawm, Raphael Samuel e do próprio Edward Thompson entre outros.<sup>6</sup> Muitos desses historiadores reuniram-se em torno da *New Left Review* criada em 1957, abrigando debates criativos, até pelo menos 1963, quando Perry Anderson assume a direção da revista e Thompson marca seu rompimento com o grupo escrevendo o seu *The making of the English working class*. Outros grupos igualmente vigorosos surgem na Inglaterra como, por exemplo, o grupo *History Workshop* nascido no Ruskin College, Oxford, em 1966, em torno da figura de Raphael Samuel. Propondo-se a lutar contra o sistema tradicional de exames e a dar uma participação ativa no estudo da história aos estudantes da classe operária, o grupo publica uma série de panfletos entre 1970 e 1974, que origina, em 1976, a *History Workshop Journal*, revista que consegue sus-

3 Lefort, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. Trad. de Isabel Maria Loureiro. São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 15-34.

4 Dentre eles Merleau-Ponty, Claude Lefort e Cornelius Castoriadis.

5 Sobre a Nova História e a Historiografia dos Annales, cf. Burke, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa na historiografia*. São Paulo, Ed. da Unesp, 1991.

6 Cf. Fontana, Josef. Prólogo ao livro *Tradición, revuelta y consciencia de clase*, de E. P. Thompson, pp. 7-11.

citar o debate em torno das questões contemporâneas de modo não ortodoxo, por engajar não só historiadores preocupados com os problemas atuais, mas também setores do movimento operário e de outros movimentos populares, como o feminismo.<sup>7</sup>

Em meio à efervescência dessas idéias, Thompson, enquanto historiador marxista, procedeu a inúmeros avanços em relação ao tratamento dado à questão da teoria e dos conceitos no materialismo histórico. Tais questões vão no sentido de que a teoria, na sua relação com as evidências empíricas, envolve uma exploração aberta do mundo que supõe a recusa da decretação de certezas prévias em relação ao fazer social-histórico. Neste sentido, Thompson rompe, sob muitos aspectos, com o determinismo das análises fundadas no materialismo histórico, substancialmente presente em autores marxistas à época em que produziu seus trabalhos mais vigorosos. Thompson, portanto, tornou o marxismo mais criativo enquanto teoria e conceitos operacionalizáveis.

Os trabalhos de Thompson têm sido divulgados no Brasil há mais de uma década, pelo menos. Contudo, sua leitura ainda não despertou a revisão de nossa literatura histórica clássica de melhor qualidade, que estudou a história do Brasil inspirada no marxismo. Tampouco despertou ainda uma retematização de nossa própria história, que avance para além dos estudos da questão do Estado e dos demais canais institucionais a ele ligados.

Parece oportuno, no momento histórico em que vivemos, pensar essa dupla revisão à luz do avanço proporcionado por Thompson em relação ao tratamento dado pelo marxismo ao problema da cultura. Thompson avançou neste ponto, em relação ao marxismo da época, graças ao seu diálogo com a Antropologia e também graças à incorporação à sua obra das reflexões de Gramsci sobre o conceito de hegemonia.

### *Thompson e os nossos clássicos*

Por que os clássicos não são discutidos, mesmo à luz de um trabalho tão estimulante quanto o de Thompson? Pelo menos uma hipótese pode ser aventada: é grande a legião dos que acreditam que um clássico é intocável. Trata-se, contudo, de um pressuposto que não contribui para o debate. Trabalhar de forma criativa com textos clássicos significa, antes de tudo, vencer a sua “intocabilidade” para poder submetê-los a um diálogo frutífero à luz da renovação permanente dos conhecimentos históricos adquiridos. Não é possível refazer a história do Brasil sem buscar e discutir a referência dos clássicos, sob pena de alimentarmos o paradoxo de fazer uma história sem memória.

7 Idem, *ibidem*.

São vários os autores clássicos da historiografia que poderiam ser discutidos à luz das questões instigantes levantadas por Thompson. Contudo, viabilizar uma discussão dessa natureza significa fazer recortes. Neste sentido, nossas reflexões limitam-se a alguns autores, tributários direta ou indiretamente do marxismo, que estudaram o Brasil do século XIX – período privilegiado da história do Brasil – para o entendimento da crise das instituições na sociedade brasileira contemporânea.

Dentre tais autores que estudaram o Brasil deste período, ressaltam-se os trabalhos de Caio Prado Junior e Emília Viotti da Costa. Caio Prado levou a efeito uma das primeiras tentativas bem-sucedidas de aplicar o marxismo à historiografia brasileira, com o seu *Evolução política do Brasil*.<sup>8</sup> Todos os trabalhos subsequentes desse autor exerceram profunda influência sobre os estudos sociais de sua época e continuam a ser leitura obrigatória para os estudiosos de história do Brasil. Emília Viotti, cujos trabalhos principais datam dos anos 60, projetou-se como uma historiadora importante principalmente por ter produzido um dos mais importantes livros sobre a escravidão no Brasil<sup>9</sup> e também por suas contribuições decisivas para o estudo da Independência do Brasil de 1822.<sup>10</sup>

### *Nossos clássicos e a questão da cultura*

É interessante, pois, pensar uma revisão da literatura clássica à luz da questão em que Thompson deu contribuições importantes para a renovação do marxismo enquanto teoria. E essa questão é a da *cultura*.

Sob o ponto de vista da cultura, como as “camadas populares” foram pensadas pela historiografia clássica? Entrar no complicado terreno das relações do marxismo com a cultura, para, a partir daí, resgatar a memória cultural das “camadas populares” significa, ao mesmo tempo, questionar a perspectiva que concebe os homens como produtos de forças materiais que os determinam por completo. Assim, a tentativa de introduzir a questão da cultura como fenômeno importante do materialismo histórico permite recuperar as teses de Marx contra Feuerbach e, com elas, a idéia revolucionária

8 Prado Junior, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 10<sup>a</sup> ed., São Paulo, Brasiliense, 1977.

9 Costa, Emília Viotti da. *Da senzala à Colônia*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966 (Corpo e Alma do Brasil).

10 Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 1<sup>a</sup> ed., São Paulo, Grimalbo, 1979.

de que o povo se educa a partir de sua própria práxis. Através dela, os homens constituem-se em sujeitos de sua própria história, modificando continuamente as circunstâncias em que vivem e se transformam.

Então, sob a perspectiva da cultura, como as “camadas populares” foram pensadas pela historiografia brasileira clássica, particularmente por Caio Prado Junior e Emília Viotti? Prado Junior parece evocar o tema da cultura das “camadas populares”, não para investigar a sua condição de sujeito, mas para desenvolver a idéia de passividade. Ao refletir, por exemplo, em seu *Formação do Brasil contemporâneo*, sobre os elementos desfavoráveis da escravidão na América, lembra este autor que o escravo, na escravidão antiga, era culturalmente mais elevado que os seus conquistadores, enquanto aqui “foram eles, os indígenas da América e o negro africano, povos de nível cultural ínfimo, comparados aos de seus dominadores”. Na América, ao contrário da escravidão romana, assiste-se “ao recrutamento de povos bárbaros, arrancados de seu habitat natural e incluídos, sem transição, numa civilização inteiramente estranha”.

Segundo o autor, a contribuição do escravo negro ou índio é quase nula, porque se trata de uma contribuição passiva. “É a esta passividade aliás das culturas negras e indígenas no Brasil que se deve o vigor com que a do branco se impôs e predominou incontestemente, embora fosse muito reduzido, relativamente à das outras raças a sua contribuição demográfica”,<sup>11</sup> diz Prado Junior.

Concepções semelhantes a propósito da cultura das “camadas populares” aparecem em outros momentos deste mesmo livro<sup>12</sup> e em livro anterior.<sup>13</sup>

O problema dessas considerações é que elas direcionam-se no sentido de tratar a cultura como “coisa”, isto é, como algo que é criado pelos dominantes e simplesmente internalizado pelas “camadas populares”. É possível perceber hoje que, para entender a dinâmica de tal processo, é preciso estar atento à perspectiva de que cultura é um processo que envolve criação e luta.<sup>14</sup> Porém, mais do que isto, o conceito de cultura parece ter-se embasado numa “fixação etnocentrista”, em que tudo é definido a partir da idéia de “civilização”. Esta idéia, por sua vez, é constituída pela “convicção complementar de que a história tem um sentido único, de que toda a sociedade está

11 Prado Junior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo, Brasiliense, 1977, p. 273.

12 Idem, *ibidem*, pp. 276-7.

13 Idem. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 10ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1977, pp. 60-1.

14 Samuel, Rafael (ed.). *Historia popular y teoría socialista*. Trad. de Jordi Beltran. Barcelona, Editorial Crítica, 1984, pp. 89-91.

condenada a inscrever-se nesta história e a percorrer as suas etapas que a partir da selvageria, conduzem à civilização”.<sup>15</sup>

Thompson consegue produzir um resultado teórico mais dinâmico ao analisar a plebe inglesa do século XVIII. Tal resultado decorre do próprio conceito de cultura que utiliza como ponto de partida para analisar as lutas sociais do período. Sua concepção de cultura vincula-se ao conceito de *experiência*, que *incorpora múltiplas evidências de vida ou de arte* dos homens, evidências estas tratadas no plano de sua consciência, das maneiras as mais complexas, para em seguida agirem sobre as situações determinadas. Thompson examina, então, para apreender a vida social a partir da perspectiva da “experiência humana”, os sistemas densos e complexos vinculados a relações de parentesco e aos costumes; inclui na análise as regras visíveis e invisíveis da dominação social, as formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas. Os *costumes*, por exemplo, como elementos constitutivos das definições consuetudinárias da plebe inglesa do século XVIII, serviam para que ela mostrasse o lado rebelde da sua cultura tradicional às inovações e racionalizações por ela experimentadas como exploração, expropriação de direitos de aproveitamentos tradicionais ou desrupção violenta de modelos valorativos de trabalho e descanso.<sup>16</sup> A *expressão simbólica* aparece como mecanismo particularmente importante para decifrar o comportamento da plebe em relação à igreja ou à nobreza, quando, por exemplo, Thompson analisa o simbolismo do nabo e dos cornos, usado jocosamente para definir a relação da plebe com o rei Jorge I.<sup>17</sup> Pode-se perceber, pois, que o termo “cultura”, básico para que Thompson desenvolva o conceito de “experiência humana” e recupere os elementos fundamentais para a reconstituição do confronto entre a plebe e a *gentry*, fundamenta-se na melhor tradição teórica dos estudos antropológicos. Ao invés de jogar com a dicotomia civilização *versus* barbárie, o autor reconstitui a dinâmica da vida social a partir do conjunto de normas, valores, obrigações, expectativas e tabus existentes em cada um dos grupos sociais.

Emília Viotti entra no terreno da cultura ao discutir a Independência do Brasil e, mais especificamente, os limites do Liberalismo e do Nacionalismo enquanto “ideo-

15 A expressão “fixação etnocentrista” é usada por Pierre Clastres ao criticar as análises das sociedades primitivas, efetuadas a partir de enfoques evolucionistas, que privilegiam idéias provindas do campo ideológico do Ocidente. Cf. “A sociedade contra o Estado”. In: Clastres, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978, cap. XI, pp. 132-52.

16 “La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases?”. In: Thompson, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Trad. de Eva Rodríguez. Barcelona, Editorial Crítica, 1989, p. 45.

17 Idem, *ibidem*, pp. 52-3

logias importadas”. Procura enfatizar sobretudo a questão da “pobreza ideológica” da população brasileira nos primórdios do século XIX. Conforme suas palavras,

... apenas uma pequena elite de revolucionários inspirava-se nas obras dos autores que liam, freqüentemente, mais com entusiasmo do que com espírito crítico. A maioria da população inculta e atrasada não chegava a tomar conhecimento das novas doutrinas.<sup>18</sup>

Em geral, para a autora, a ausência de certas condições materiais, como a inexistência no Brasil da época “de uma burguesia dinâmica e ativa que pudesse servir de suporte a essas idéias”, a preponderância das relações de trabalho escravistas, o “mercado interno extremamente limitado” e as “vias de comunicação escassas” impossibilitavam, na “superestrutura”, o desenvolvimento de ideologias como o liberalismo e o nacionalismo, características de países “adiantados”.<sup>19</sup> O analfabetismo da população, determinando o seu “atraso” e “incultura”, constitui-se também em fator explicativo da “deformação” a que essas ideologias eram submetidas no interior da sociedade brasileira.

É um tanto rápida a ligação entre as condições materiais “atrasadas” da sociedade brasileira da época e a produção de idéias “deformadas”. Porém o que mereceria ser debatido no texto é também a concepção de cultura de Emília Viotti, principalmente nas referências feitas ao analfabetismo e à população “inculta e atrasada”. Ora, sabe-se, por exemplo, que, na França pré-revolucionária, o índice de analfabetismo da população era extremamente grande. As cidades maiores, como Paris, apresentavam um índice de analfabetismo que talvez chegasse a 60%. Aos escritos de Rousseau, tinha acesso apenas uma elite alfabetizada. O eleitor plebeu só conseguia ter acesso a essas idéias em segunda ou terceira mão.<sup>20</sup> Nem por isso a França deixou de ser um dos países que mais sistematizou e difundiu o ideário liberal burguês. Não se trata, pois, de vincular o analfabetismo à idéia de atraso para apontar a leitura “errada” e “deformante” que as “camadas populares” do Brasil fizeram do liberalismo europeu. Talvez, o caminho mais rico seja o de investigar que tipo de leitura as “camadas populares” aqui procederam a partir de sua experiência cultural específica. Uma sociedade analfabeta recobre características que remetem às especificidades da cultura oral em relação à cultura letrada.<sup>21</sup> Neste sentido, o importante é se indagar a respeito do processo que pode ter

18 Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 19 ed., São Paulo, Grjalbo, 1979, pp. 27-8.

19 Idem, *ibidem*, pp. 27-31.

20 Rudé, George. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pp. 31-2.

21 São inúmeros os trabalhos que discorrem sobre a especificidade da cultura oral em relação à cultura

levado as “camadas populares” a retraduzirem todo um universo intelectual da cultura letrada e, a partir de sua cultura, herdada através de transmissão oral, conseguir pensar diferente.<sup>22</sup> É possível que uma abordagem de tal natureza estimule pelo menos a reflexão sobre o que foi a prática política das “camadas populares” brasileiras, a partir do resultado da complexa combinação entre suas formas “menos estruturadas de pensamento” (mitos, idéias simples, tradição) com as chamadas “ideologias derivadas” ou sistemas “mais estruturados” de idéias (direitos do homem, *laissez-faire*, etc.).

Thompson desenvolve de forma instigante o problema da especificidade da cultura oral, ao estudar os movimentos pré-industriais da Inglaterra do século XVIII. No limiar da Revolução Industrial, a preservação da memória significará um poderoso instrumento de luta contra a opressão imposta pelo livre-cambismo à plebe inglesa. Nos motins da fome contra o livre-cambismo, a plebe exibiu um modelo de conduta cuja ação central referia-se ao resgate de procedimentos de 150 anos atrás contido no *Livro de Ordens*, determinando que os funcionários da justiça assistissem os mercados no sentido de se prover os pobres dos grãos necessários e com a fixação dos preços fora das leis da livre concorrência. Thompson diz então que

... esta legislação de emergência foi-se desmoronando durante as guerras civis. Porém a memória popular, especialmente em uma sociedade analfabeta, é extraordinariamente ampla. Pouca dúvida existe de que há uma tradição direta que se estende desde o *Livro de Ordens* de 1630 até os movimentos dos trabalhadores de confecção no leste e oeste da Inglaterra do século XVIII.<sup>23</sup>

Aqui, também, Thompson se liberta da interpretação simplista segundo a qual a plebe inculta e atrasada não consegue entender as novas idéias e as novas práticas. Recorrer a práticas medievais enquanto o liberalismo plantava a semente da “modernidade” parece caracterizar, de fato, um comportamento atrasado da plebe. Porém, trata-se de interrogar, mostra Thompson, de que forma os pobres experimentaram as

letrada. Vale a pena mencionar, pelo menos: Thompson, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Editorial Crítica, 1979. Uma das características da cultura oral, para esse autor, reside no fato de que ela está referida, sobretudo, a uma “sociedade analfabeta”, razão pela qual a “memória popular” é aí “extraordinariamente ampla”. Cf., especialmente, p. 102. Para um estudo sobre a oralidade como forma específica de comunicação das sociedades tradicionais, cf. Certeau, Michel de, “Etnographie: L’oralité ou l’espace de l’autre”. In: *L’écriture de l’histoire*. Paris, Gallimard, 1975 (Bibliothèque des Histoires), pp. 215-48.

22 Cf. análise de Ginsburg, Carlo. *O queijo e os vermes*; o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

23 Thompson, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*, p. 102.

novas idéias na Inglaterra do período. Na verdade, o Liberalismo foi experimentado pela plebe inglesa não como progresso, mas sim como retrocesso. Os cercamentos retiraram-lhes direitos tradicionais. O livre-cambismo gerou uma situação de escassez profunda e fome entre os pobres. Thompson revela, enfim, que a questão do “atraso” não é tão linear. Ao procurar entender a história social do século XVIII como uma série de confrontos entre uma inovadora economia de mercado e a economia moral tradicional da plebe, revela uma curiosa dialética. A plebe inglesa era tradicional em suas formas, ao recorrer a um modelo medieval de conduta. Porém, era revolucionária em seu conteúdo ao lutar contra a opressão das novas formas sociais e políticas. É um pouco desta dialética complexa que precisamos resgatar no processo de reconstituição das lutas sociais no Brasil do século XIX.

#### *Retematizando a História do Brasil: estudo de caso*

É necessário enfatizar que as considerações acima não se pretendem como crítica historiográfica exaustiva do percurso intelectual de Edward Thompson e da historiografia clássica brasileira. Quisemos apenas levantar algumas possibilidades que a obra de Thompson oferece para restaurarmos o diálogo com a historiografia brasileira clássica, principalmente em relação à forma inovadora com que esse autor trata a questão da cultura no interior do marxismo.

O que se propõe agora é apresentar um exemplo, através de estudo de caso, que poderia nortear certas reconstituições históricas à luz das contribuições teóricas de Thompson. Trata-se, contudo, de reflexão em curso, e, portanto, ainda inacabada, que propõe apenas iluminar, através de situações históricas concretas, as considerações teóricas que acabamos de evocar de maneira global.

#### *Criação social-histórica: a vida nas tabernas*

A nossa historiografia clássica está em grande parte comprometida apenas com os grandes temas. As “camadas populares” têm sua ação política definida única e exclusivamente a partir do Estado e dos demais canais institucionais a ele ligados. Caio Prado Junior, analisando a formação do Estado nacional no século XIX e estudando o movimento dos Cabanos nos anos 30, que considera um dos mais importantes movimentos populares do Brasil, diz:

É ela [a sublevação dos Cabanos] um dos mais, senão o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade. Apesar de sua desorientação, apesar da falta de continuidade que o caracteriza, fica-lhe contudo a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva de poder.<sup>24</sup>

É interessante notar, então, que o critério aqui utilizado para valorizar a ação política dos movimentos populares é institucional e está ligado à capacidade ou não das camadas populares de assaltarem e gerirem o Estado. Como as tomadas de poder do Estado não aconteceram no Brasil senão de maneira episódica e, assim mesmo, de forma “desorientada” e com “falta de continuidade”, conforme acentua o próprio autor, deve-se concluir que análises obedientes a esses pressupostos conduzem a minimizar a importância das camadas populares enquanto agentes da transformação histórica.

Emília Viotti persegue caminhos semelhantes. Discutindo as repercussões da revolução do Porto no Brasil (1820), firma seu pressuposto de atraso político da população, argumentando com o entendimento precário que o homem livre e pobre tinha da palavra *Constituição*. Diz a autora que:

A ignorância das populações do interior é retratada num fato ocorrido no Ceará, por ocasião do juramento das bases da Constituição portuguesa proclamada a 14 de abril de 1821. Chegada a notícia ao sertão, a palavra *Constituição* provocou as mais variadas e contraditórias interpretações, isso numa região que participara em 1817 da revolução realizada em nome das idéias liberais e constitucionalistas.<sup>25</sup>

A seguir, a autora arrola as formas mais disparatadas de entendimento que a população tinha da palavra *Constituição*. O que não se indaga, todavia, é se os próprios agentes, isto é, as camadas populares, legitimavam, naquele momento, canais institucionais ligados à Constituição, como instância privilegiada em que se deveria inscrever a ação política.

Ao aferirem a ação política das camadas populares exclusivamente a partir da referência institucional, os autores acabaram minimizando aquilo que, em suas obras, se anunciava como possibilidade fértil de recuperação da memória histórica das camadas populares, por não encontrarem outro caminho senão o de caracterizá-las como politicamente “atrasadas”. Perde-se, portanto, a possibilidade de reconstituir a expe-

24 Prado Junior, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 10<sup>a</sup> ed., São Paulo, Brasiliense, 1967, p. 69.

25 Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 1<sup>a</sup> ed., São Paulo, Gralbo, 1979, p. 39.

riência em termos amplos, no sentido dado por Thompson a este conceito (fé religiosa, impulsos milenaristas, antigos costumes, festas, relações familiares, regras visíveis e invisíveis da regulação social) destes segmentos sociais. O suposto do atraso impossibilita trabalhar com a hipótese das “camadas populares” como portadoras de práticas sociais que não são nem atrasadas nem adiantadas, mas complexas, específicas e ambíguas.

À jovem historiografia que trata do Brasil do século XIX, caberia ampliar a referência do entendimento da ação política das “camadas populares”. É possível entendê-las, por exemplo, a partir de sua vivência em *espaços não-institucionais* como os vinculados às feiras, pousadas e vendas de beira de estrada. Nesses lugares, entrecruzavam-se tradições culturais variadas, e desenvolvia-se o exercício de negação das representações e das práticas sociais dominantes, que dava sentido às lutas sociais do século XIX. Ao apontarmos para uma abordagem que considere os diversos níveis de estruturação das “camadas populares”, vamos também desfazendo a idéia da referência institucional dos partidos, das associações sindicais e da fábrica como espaços exclusivos em que se poderia dar a constituição do “sujeito revolucionário”.

Apesar da importância, a historiografia tem negligenciado, ignorado, ou até mesmo visto com preconceito, o espaço das vendas, tabernas, pousadas e moinhos, em que, tradicionalmente, se desenvolveu de forma ampla a “experiência humana” das categorias sociais vinculadas aos estratos subalternos da sociedade. Contudo, já é possível encontrar entre nós uma bibliografia, que, embora não trate especificamente das “camadas populares” brasileiras, pode auxiliar no trabalho de contraponto crítico aos textos de Prado Junior e Emília Viotti. O estudo de Benjamin, por exemplo, ao analisar a boêmia na Paris do século XIX, registra a relevância social e política do espaço das tabernas e critica Marx por tê-lo visto de forma depreciativa.<sup>26</sup> Mas é de Thompson, ao estudar a classe trabalhadora inglesa do século XVIII, o trabalho mais sugestivo neste aspecto, para uma retematização da história das “camadas populares” do Brasil do século XIX. Este autor enfatiza a necessidade de estudos sobre a taberna e seus frequentadores. Diz, ao analisar o que se escreveu sobre o trabalhador inglês:

Os que pretenderam enfatizar os antecedentes constitucionais sóbrios do movimento operário por vezes minimizaram seus traços mais robustos e desordeiros. O que podemos fazer é ter em mente a advertência. Precisamos de mais estudos sobre as atitudes sociais dos criminosos, soldados e marinheiros, e sobre a vida de taberna; deveríamos olhar as evidências, não com olhos moralizadores (nem sempre os “pobres de Cristo” eram agra-

26 Benjamin, Walter. “A Paris do Segundo Império em Baudelaire”. In: Khoté, Flávio R. (org.), *Walter Benjamin*. São Paulo, Ótica, 1985 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 50), p. 50.

dáveis), mas com olhos para os valores brechtianos – o fatalismo, a ironia em face das homilias do *Establishment*, a tenacidade da autopreservação. E devemos também lembrar o “submundo” do cantor de baladas e das feiras, que transmitiu tradições para o século XIX (até o *music-hall*, a cultura de circo de Dickens ou os contadores de história e animadores de Hardy); pois desta forma os “sem linguagem articulada” conservam certos valores – espontaneidade, capacidade para diversão e lealdade mútua –, apesar das pressões inibidoras de magistrados, usineiros e metodistas.<sup>27</sup>

Nesta mesma linha de ênfase aos níveis diversificados de socialização e estruturação dos subalternos, é preciso lembrar o exemplo dos moinhos, espaço similar à venda, característicos de diversas regiões e momentos da história da Europa, e que foi objeto de bastante atenção por parte de Ginsburg, ao discorrer sobre a cultura popular européia do século XVI, a partir da vida do moleiro Menocchio<sup>28</sup>. São espaços como estes, analisados por Thompson, que precisam ser relevados na reconstituição da memória cultural das “camadas populares” do século XIX brasileiro. A análise desses espaços sociais pode ensejar o acesso a fragmentos importantes da vida cotidiana do homem comum. Embora não se possa libertar aqui, do caráter fugidio, fragmentário e esparsos que define as ideologias populares, estudar a taberna e seus freqüentadores significa dar um passo decisivo no trabalho de reconstituição da memória cultural das camadas populares do século XIX brasileiro.

No Brasil, espaços sociais informais, como as tabernas rurais e urbanas, existiam em grande quantidade, e elas aparecem como referências permanentes em diversos tipos de fontes do século XIX e início do XX.<sup>29</sup> As características destes estabelecimentos podiam variar bastante, indo, desde as instalações mais precárias, que não eram capazes de fornecer senão aguardente e algumas outras miseráveis provisões, até as que tinham uma quantidade maior de suprimentos.<sup>30</sup>

Os documentos históricos fazem algumas enumerações bastante minuciosas que incluem o tipo característico e a descrição da vestimenta do taberneiro. Esses detalhes,

27 Thompson, E. P. *The making of the English working class*. Londres, Penguin Books, 1968, pp. 63-4.

28 Ginsburg, Carlo. op. cit., pp. 220-1.

29 As referências são particularmente freqüentes nas anotações de cronistas, viajantes estrangeiros, na legislação municipal, nos Relatórios de Presidentes de Província e nas Atas da Câmara de São Paulo.

30 São bastante ilustrativas as descrições de Walsh e Saint-Hilaire, dentre outros. Cf. Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* (Trad. de Cláudio Ribeiro de Lessa. São Paulo, Edusp; Belo Horizonte, Itatiaia, 1975 [Coleção Reconquista do Brasil, vol. IV]; Walsh, Reverend R., *Notices of Brazil in 1828-1829* (Londres, Frederick Westley, 1830, vol. 1, p. 22).

mais o relato do ambiente interno das tabernas, incluindo o balcão, o mobiliário e por vezes as estampas de parede, são indicativos de um complicado entrecruzar de hábitos e costumes em que dificilmente se pode identificar uma fronteira clara entre a cultura erudita e a cultura popular.<sup>31</sup> Essas descrições remetem à reconstituição histórica de uma presença bastante significativa de homens que não estão vinculados a um patrão,<sup>32</sup> mas que fazem parte de uma extensa rede de produção autônoma, compreendendo não somente as vendas e tabernas, mas também os pequenos ofícios rurais e urbanos e a economia de subsistência em geral. Na sua heterogeneidade, esse conjunto compõe um quadro diversificado em que todos se encontram mais ou menos vinculados ao tempo da natureza e à unidade com as condições de produção. Este mundo do pequeno comércio e da produção autônoma, quase sempre ignorado pela historiografia do trabalho,<sup>33</sup> reveste-se de significações que contêm os registros de sua própria experiência em cada objeto produzido. É possível, pois, observar na descrição do mobiliário simples das tabernas tanto quanto do das habitações populares rurais e urbanas do século XIX brasileiro (bancos, jiraus, redes e camas com estrados de couro), além da finalidade de seu próprio uso, a expressão de uma memória cultural.<sup>34</sup> Assim, o trabalho e os objetos produzidos por esses homens e mulheres traduzem os seus próprios valores culturais, compondo a experiência ampla e complexa desses segmentos sociais.

Portanto, para além das determinações econômicas, a temática do trabalho remete-se à questão da cultura e ao plano das ideologias populares. E a luta para a

31 Agassiz, L. e Agassiz, E. C. *Viagem ao Brasil, 1865-1866*. Trad. de João Etienne Filho. São Paulo, Edusp; Belo Horizonte, Itatiaia, 1975 (Coleção Reconquista do Brasil, vol. XII), p. 163.

32 Sobre as relações complexas entre o erudito e o popular, cf. Chartier, Roger. *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime* (Paris, Editions du Seuil, 1987), L'Univers Historique, pp. 7-21; Burke, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna* (São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 31-321). Há certas aproximações entre os estilos de pensamentos dos artesãos ambulantes da Inglaterra do século XVII, tal como aparece em análise feita por Hill, e os artesãos vinculados à produção autônoma no Brasil do século XIX, embora as linhas de sensibilidade de ambas as categorias sociais não sejam as mesmas. Cf. Hill, Christopher, "Homens sem Senhor". In: *O mundo de ponta cabeça* (Idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640). (Trad. de Renato Janine Ribeiro. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 56.)

33 Crítica historiográfica mais desenvolvida a esse respeito encontra-se em Barreiro, J. C. "A memória do trabalho". In: D'Incao, Mariangela, *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

34 A reconstituição histórica das camadas populares e dos objetos pertencentes ao seu cotidiano remete ao campo conceitual e metodológico ainda muito pouco explorado da *cultura material*. Cf. Pesez, Jean-Maurice. "Histoire de la culture matérielle". In: Le Goff, Jacques. *La nouvelle histoire*. Paris, Editions Complexe, 1988 (Historiques), pp. 191-227.

implantação do trabalho racional se desenvolve amplamente no interior desse terreno. São muito frequentes, por exemplo, as referências das classes dominantes e dos viajantes e cronistas do século XIX às tabernas como espaço de ócio e espaço de recepção de furto. Os viajantes admiravam-se de como os proprietários poderiam manter em funcionamento vendas cujas provisões limitavam-se quando muito a bananas, algumas garrafas de aguardente e um pouco de fumo. Percorrendo as imediações de Taubaté em inícios do século passado, Saint-Hilaire dizia sobre vendedores e taberneiros: “Corre na região que estes homens se mantêm é pelo ganho auferido dos furtos comprados a escravos”.<sup>35</sup> É interessante verificar, por exemplo, em que medida, a partir dessas transgressões, as tabernas davam sustentação a parte de uma luta mais ampla na qual o que estava em jogo era a própria universalização das concepções liberais de propriedade privada e trabalho racionalizado. De fato, a prática do furto entre as camadas populares desse período emerge como um elemento essencial das relações sociais do século XIX brasileiro, a ponto de aparecer de forma significativa nas reminiscências poéticas registradas pela literatura popular da época.<sup>36</sup> O furto tem sido considerado simplesmente como crime, sendo vinculado de forma anacrônica a interpretações historiográficas que o definem como gesto primitivo, bárbaro e estéril de manifestação<sup>37</sup> ou mesmo a estado patoló-

35 Saint-Hilaire, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da província de São Paulo*. Trad. de Afonso de E. Taunay. São Paulo, Martins, 1976, pp. 136-7.

36 Por exemplo, os versos recolhidos por Koster em inícios do século XIX em Pernambuco:

“Aviltante duplamente	Restará de apodrecida
É tua pena Simplício	Esturricada na espinha?
Horrível porco flagício	Fique-te esta na mente,
Dum nababo inclemente!	Toma sentido, rapaz:
Até quando esta tainha	Não se bole impunemente
Que ao pescoço tens pendida,	Nas coisas de Dom Tomás”.

Cf. Koster, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Trad. de Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo, Nacional, 1942 (Brasília, vol. 221), p. 307.

37 Engels, estudando o movimento operário inglês, a partir de inícios do desenvolvimento industrial, divide-o em fases que vão sucessivamente das formas mais primitivas e arcaicas até as mais evoluídas e eficazes, iniciando-se pela fase do *crime*, passando pelas do *quebra-quebra*, *associação*, *cartismo*, até chegar à fase do *socialismo*. A fase do *crime* foi, para Engels, a mais brutal e estéril de todas. Em virtude da miséria e indigência a que estava submetido, o operário venceu o seu respeito inato à propriedade e começou a roubar. Portanto, para Engels a necessidade orgânica, mais do que a motivação política é que levou os operários ao crime do roubo. Cf. Engels, F. *La situación de la clase obrera en Inglaterra*. Buenos Aires, Editorial Essencias, 1974, pp. 190-211, esp. p. 191. Para uma perspectiva de análise em que o crime se constituiu

gico da vida social.<sup>38</sup> Contudo, o espaço das tabernas ganha uma relevância temática importante quando a problemática do furto e do ócio é interpretada como forma de luta social específica do século XIX brasileiro e não como manifestação popular arcaica, por ser anterior à era sindical. Era muitas vezes no espaço das tabernas que essas manifestações se desenvolviam de forma ampla e complexa. Sob tal perspectiva cabe investigar, por exemplo, em que medida essas questões abrigavam um confronto ideológico entre concepções diferenciadas de propriedade e trabalho no interior da sociedade brasileira desse período. Num momento em que se estabeleciam as bases políticas para a instituição do Estado nacional brasileiro, era necessário, mais do que nunca, a solidificação e universalização da idéia de propriedade, como condição para o estabelecimento da hegemonia cultural burguesa. Todavia, a prática do furto e do ócio entre os elementos integrantes das camadas populares parecia ser simultaneamente a negação do trabalho disciplinado e do conceito capitalista de propriedade privada. Ao mesmo tempo em que nega os preceitos de honestidade estabelecidos pelo direito positivo no século XIX, tais práticas apontam, em certos momentos, para uma experiência de auto-organização, ainda que muitas vezes fragmentária, interrompida e ambígua, permitindo desvendar os registros de uma fala própria das camadas populares desse período.

Mas, talvez, um dos aspectos mais fascinantes deste tipo de reconstituição histórica seja refletir sobre as tabernas como um espaço onde se cruzavam as ideologias e formas de pensamento “menos estruturadas” com os sistemas “mais estruturados” de idéias ou as chamadas “ideologias derivadas”.<sup>39</sup> Os testemunhos deste passado observam que aconteciam nas tabernas todas as manifestações específicas de uma cultura oral: entre os seus frequentadores praticavam-se vários costumes, havia danças e canções, tocavam-se instrumentos musicais das mais diversas procedências culturais, e, sobretudo, a taberna constituía-se no lugar do relato, da novidade e da arte de contar.<sup>40</sup> Associada muitas vezes à hospedaria e às dependências para abrigar ferreiros

em luta social significativa da classe trabalhadora inglesa do século XVIII, cf. Linebaugh, Peter, “Crime e industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII”. In: Pinheiro, Paulo Sergio (org.), *Crime, violência e poder*. São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 101-37. Cf. também “comentário 1” de Maria Stella Bresciani, pp. 138-41.

38 Cf. Prado Junior, Caio. *História econômica do Brasil*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1977, p. 198.

39 Rudé, George. *Ideologia e protesto popular*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pp. 24-34.

40 Cf., por exemplo, Saint-Hilaire, A. de. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, pp. 36 e 40; Idem, *Viagens às nascentes do Rio São Francisco*, 1975, p. 28; Debret, J. B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. 6ª ed., São Paulo, Martins; Brasília, INC e MEC, 1975,

ambulantes, as tabernas eram freqüentadas por capitães-do-mato, escravos, camponeses livres, jornaleiros, pescadores, ferreiros, soldados, marinheiros e tropeiros. Ali, portanto, a cultura gestual definia práticas, cimentava sociabilidades e prescrevia comportamentos. Neste sentido, há registro de caso em que donos de taberna eram também atores de teatro popular. Esta vinculação entre a taberna e o teatro popular parece bastante significativa, uma vez que muito do comportamento dos segmentos sociais em conflito no século XIX pode ser decifrado a partir de análise de regras invisíveis da ação vinculadas às manifestações simbólicas.<sup>41</sup>

Todavia, tentar perceber o cruzamento entre ideologias inerentes e derivadas implica em não conceber os modos de aquisição e transmissão culturais como compartimentados. Com efeito, as chamadas formas tradicionais de comunicação vinculadas à cultura oral imbricam-se de maneira complexa e múltipla com as sociabilidades produzidas pelo mundo da escrita. Assim, a taberna transforma-se ao mesmo tempo em foro de discussão da política institucional da época. Os viajantes estrangeiros do século XIX, ao passarem por esses locais, surpreendiam seus freqüentadores falando sobre negócios públicos, opinando sobre a Constituição e as idéias liberais, sobre o Rei e sobre os políticos em geral.<sup>42</sup> Disso provavelmente saía motivação para as grandes agitações populares do período regencial. Se fosse possível analisar esta complexa combinação entre as “ideologias populares”, herdadas através de transmissão oral, e os sistemas de pensamento mais elaborados, onde aparecem discussões sobre a Constituição e o liberalismo, talvez se pudesse chegar a um outro entendimento em relação à participação popular nas insurreições do século XIX. A retradução, a partir de sua experiência cultural própria, de todo um universo intelectual de cultura letrada, certamente possibilitou a emergência de quadros mentais específicos que estiveram presentes em todos os movimentos com participação popular, mas que nós, até agora, não conseguimos reconstituir.

tomo II, vol. III, p. 85.

41 Cf., dentre outras, as análises de Thompson, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII”, pp. 13-61; Darnton, Robert. “Os trabalhadores se revoltam: o grande massacre de gatos na rua Saint Germain”. In: *O grande massacre de gatos, e outros episódios da vida cultural francesa* (trad. de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro, Graal, 1986, pp.103-139); ibidem, “História e Antropologia”, in *O beijo de Lamourette* (trad. de Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 284-303).

42 Barreiro, José Carlos. *O cotidiano e o discurso dos viajantes: criminalidade, ideologia e luta social no Brasil do século XIX*. São Paulo, tese de doutorado, FFLCH, USP, 1988, pp. 188-223.

Os anos 70 do século passado parecem indicar o início de uma nova sensibilidade histórica<sup>43</sup> derivada da decadência ou remodelagem dos espaços sociais tradicionais, cujas práticas sociais eram em grande parte assentada na cultura oral. Nesse período, o Brasil entra mais decisivamente na era das estradas de ferro. A sociedade exterioriza vivamente sua fascinação pelo “monstro da locomotiva”.<sup>44</sup> A ideologia do progresso e a apologia do “moderno” passam a integrar mais vigorosamente o imaginário nacional. Antigos caminhos coloniais começam a ser substituídos por rodovias.<sup>45</sup> Isso promove um duro golpe aos espaços sociais tradicionais das tabernas, pousadas e barracas de ferreiros ambulantes de beira de estrada. As tropas são progressivamente substituídas como meio de transporte e com elas se inicia o desaparecimento ou a “modernização” das tabernas. Em certas descrições de viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil nesse período começa-se a falar, por exemplo, não mais nas tabernas com as características tradicionais, mas sim nas estações modernas de chalés suíços que em seu lugar iam sendo construídas.<sup>46</sup> O desaparecimento e a substituição do antigo espaço da taberna, com todo o conteúdo cultural de que se revestia, implicam também no declínio de uma tradição e de uma memória comum que garantiam a existência de uma experiência coletiva. Parece mesmo plausível definir essas transformações como um marco histórico reorientador das lutas sociais no Brasil do século XIX. A decadência de espaços em que práticas sociais eram em grande parte definidas pelo mundo da oralidade, coincide com o desenvolvimento lento e difícil das lutas trabalhistas no plano das associações sindicais. No período que compreende a virada do século e 1906, o movimento dos trabalhadores circunscreve-se cada vez mais à luta

43 Sobre a questão metodológica da mudança e da diferença entre sensibilidades históricas, cf. Ariès, Philippe. *Les temps de l'histoire*. Paris, Editions du Rocher, 1954, pp. 291-325.

44 As impressões do cronista Koseritz, ao viajar em 1883 através da Estrada de Ferro Mauá é um exemplo:

“... Pouco depois, o monstro da locomotiva começou a soprar e fazer barulho, lançou um estridente apito e foi morro acima, sempre em ladeiras de quinze por cento. No entanto, esta colossal subida era dominada por uma máquina, não com facilidade, mas, em todo o caso, era dominada. As máquinas ficam atrás dos trens e os empurram serra acima com força gigantesca, sustentadas por cremalheiras e rodas denteadas. E agora subimos sem cessar: rochedos selvagens, florestas escuras, grandes precipícios nos cercam: mas o nosso trem progride sempre e vence todos os obstáculos”. Cf. Koseritz, Carl Von. *Imagens do Brasil*. São Paulo, Martins-Edusp, 1972, p. 48.

45 Agassiz, Luiz e Agassiz, E. C., op. cit., p. 58.

46 Idem, *ibidem*.

pela diminuição da jornada de trabalho, pelo aumento de salários e pela criação de sindicatos livres.<sup>47</sup>

Além de influenciar no desaparecimento progressivo ou redefinição das tabernas, o evento das ferrovias e rodovias provoca outras transformações culturais importantes no seio das camadas populares. Ao desenvolver hábitos de pontualidade, esses meios de transportes contribuem para promover mudanças nas representações internas de tempo dos segmentos sociais vinculados às camadas subalternas. O viajante norte-americano Luiz Agassiz testemunha essas mudanças por volta de 1870 ao notar que a indiferença da população em relação à marcha do tempo e à máxima *tempus fugit* é muito menos acentuada nas zonas do Brasil onde funcionam estradas de ferro e navios a vapor.<sup>48</sup> Além disso, essa infra-estrutura viária começa a ligar as regiões mais distantes até as zonas de consumo. Com isso, vai se constituindo um ciclo de regularidade no trabalho que permite a formação do hábito e da disciplina nas regiões em que anteriormente o isolamento caracterizava-as como zonas de ócio.<sup>49</sup> Assim, a modernidade dos transportes ferroviários, rodoviários e marítimos é parte constitutiva de uma luta marcada pela apropriação do movimento infinito da memória popular ao promover o desaparecimento de espaços tradicionais como o das tabernas, além de contribuir para a universalização de representações ligadas à idéia de tempo útil. Sob todos esses pontos de vista estava em jogo a luta pela implantação do trabalho racional.

Foram múltiplas as inflexões modificadoras a atuarem sobre o espaço das tabernas. A atuação da ideologia do progresso e a ação das ferrovias e das rodovias foram precedidas pelas injunções normativas do poder público ao longo de todo o século XIX. A legislação municipal promovia o controle e a intervenção nas tabernas através de atos que puniam com multa e prisão a prática de jogos, os ajuntamentos e as rixas.<sup>50</sup> Também censuradas e detonadas pelas oligarquias, as tabernas viveram, ao longo de todo o século passado, sob o influxo permanente das reclamações de autoridades e fazendeiros. Esses espaços sociais foram considerados pelos fazendeiros “o maior flagelo da lavoura”. Em 1878 as tabernas foram amplamente debatidas pelos oligarcas, ao longo da realização do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro. Eles queriam

47 Cf. Fausto, Boris. *Trabalho urbano e conflito social, 1890-1920* (São Paulo, Rio de Janeiro, Difusão Européia do Livro, 1976, pp. 146-50); Rodrigues, Edgar. *Trabalho e conflito: pesquisa histórica, 1900-1935* (Rio de Janeiro, Arte Moderna, s/d, pp. 45-72; 85-106; 117-29).

48 Agassiz, L. e Agassiz, E. C., 1975, p. 262

49 Trab. Congres. Agr., 1878, pp. 138-9; 157-65.

50 Post. Munic., 1830, art. 3º e 24º.

providências do poder público para a sua extinção porque elas estimulavam o furto e o ócio e impediam dessa forma o desenvolvimento da disciplina de trabalho.<sup>51</sup>

Contudo, o exemplo mais veemente do significado da taberna como espaço de tensão entre a pulsão do coletivo e a disciplina imposta pela instituição pode ser observado em São Paulo, a partir dos anos 80 do século passado. No bojo de um projeto de policiamento de costumes,<sup>52</sup> o poder público municipal intervém no processo de instalação de novas tabernas. A partir de então, elas só poderiam ser construídas em lugares previamente definidos e autorizados e sua arquitetura deveria estar ajustada aos moldes da planta existente na Câmara Municipal. As tabernas vão perdendo suas características originais e ganhando a conformação padronizada de quiosques.

A trama da evolução é clara. De uma situação a outra, a iniciativa e a criatividade histórica na organização dos espaços sociais informais dão lugar a uma interferência que confere às tabernas as características de espaço outorgado. Ao se transformar

em quiosque a taberna se uniformiza. Todos os quiosques deveriam possuir a arquitetura de uma barraca oitavada, com a forma de um grande guarda-chuva, com sua circunferência protegida por uma paliçada de tábuas.

A estratégia da triagem passa a regular as relações entre o poder municipal e as iniciativas populares, pois a exploração dos quiosques funcionava somente na forma de concessão do Estado e apenas a particulares que preenchessem os requisitos dos contratos estabelecidos entre as partes.

Essa descaracterização das tabernas transformadas em quiosques padronizados parece ter tido êxito porque eles foram instalados em grande quantidade. Nas palavras de um cronista da vida urbana, eles se alastravam por toda a cidade como cogumelos. Pelos anos de 1890 e seguintes chegou mesmo a existir em São Paulo uma “Empresa Industrial de Quiosques”.<sup>53</sup>

51 Congres. Agr., 1878, p. 32.

52 Um exemplo desse exacerbado rigor no policiamento do costume e controle da população por parte do poder público pode ser observado em 1902, quando a Câmara Municipal de São Paulo encaminha ao Prefeito indicação para proibir “*a bem da moralidade pública*”, que as parteiras tivessem em suas casas em lugar visível, tabuletas com desenhos alegóricos à sua profissão. As tabuletas eram consideradas ofensivas à moral porque continham desenhos de crianças nuas. Portanto, os desenhos e os dizeres teriam, a partir daquela data que se submeterem à aprovação da prefeitura.

53 Cf. Sant’Ana, Nuto. *São Paulo histórico: aspectos, lendas e costumes*. São Paulo, Departamento de Cultura, 1939, vol. III, pp. 263-6.